

Contra-hegemonia e política externa? A política externa brasileira no governo Lula¹

Counter-hegemony and foreign policy? Brazilian foreign policy under Lula

Leonardo César Souza Ramos*

Resumo

Influenciado pelas dinâmicas da economia política global, o Partido dos Trabalhadores se transforma e adota uma política externa semelhante à do governo anterior. Contudo, dado seu passado ligado às lutas sociais, PT/Lula adotam um discurso que remete a tal passado sem, contudo, alterar substantivamente seu conteúdo de política externa, o que acaba por contribuir para a reconstrução – e não superação – do modelo.

Palavras-chave: Hegemonia, revolução passiva, Partido dos Trabalhadores, política externa brasileira

Abstract:

Influenced by the dynamics of the international political economy, the Workers' Party (PT) transformed itself and starts to adopt a foreign policy similar to the previous government. However, in function of its past, linked to the social struggles, Lula and the Workers' Party adopt a discourse which remits to such past without changing in a substantive way its foreign policy content, what contributes, in the end, to the model reconstruction – and not overcoming.

Keywords: Hegemony, passive revolution, Workers' Party, Brazilian foreign policy

1 Uma versão prévia deste artigo foi apresentada no XXVIII Congresso Internacional da LASA – *Latin American Studies Association*, de 11 a 14 de julho de 2009, no Rio de Janeiro.

* Professor do Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas e líder do Grupo de Pesquisa das Potências Médias. Contato: lcsramos@pucminas.br.

“Não há socialismo sem democracia, e nem democracia sem socialismo”
(Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores 1979)

“O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares”
(Lula 1981)

“Se você conhecer uma pessoa muito idosa esquerdista, é porque ela tem problemas”
(Lula 2006)

Introdução

Não é possível compreender o Brasil do final do século XX e início do século XXI sem compreender o Partido dos Trabalhadores. Mesmo quando não se encontrava diretamente ligado aos cargos responsáveis pelos processos de tomada de decisão nos anos de 1980, o PT influenciou os rumos da sociedade brasileira, uma vez que esteve intimamente ligado às grandes greves do período, ao surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e ao surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em 1984 (Singer 2001).

Contudo, se, por um lado, não é possível entender o Brasil sem entender as dinâmicas de formação, transformação e consolidação do Partido dos Trabalhadores, por outro, também não é possível entender tais transformações sem inseri-las em um contexto histórico-estrutural mais amplo, que inclua as dinâmicas da economia política global. Nesse sentido, o presente artigo tem como base teórica o resgate que é feito do materialismo histórico nos estudos internacionais a partir de meados dos anos de 1980, principalmente a partir das obras de Robert W. Cox, Stephen Gill e Mark Rupert, entre outros. A hipótese é a de que tal programa de pesquisa possui elementos que podem contribuir não apenas para o entendimento das dinâmicas da economia política global, mas também dos comportamentos de política externa dos Estados.

Assim, alguns pontos de partida devem ser explicitados desde o início. Primeiro, apesar do poder que as Grandes Potências possuem, os Estados subdesenvolvidos/em desenvolvimento têm opções de ação independente no sistema internacional; segundo, os Estados não possuem interesses nacionais pré-dados, pelo contrário, o que normalmente é visto como interesse nacional é, em larga medida, fruto das lutas econômicas, ideológicas, culturais e políticas entre as forças sociais em uma formação social particular; terceiro, as políticas doméstica e externa não são mutuamente excludentes, mas dimensões diferentes de uma mesma correlação de forças e condições estruturais (Persaud 2001). Em suma, a relevância do estudo da política externa não se dá apenas em função da limitação das abordagens que vêem o Estado como ator unitário, o que faz necessário o desenvolvimento de teorias voltadas para os atores específicos (Hudson 2005), principalmente porque a política externa é, na verdade, “uma luta entre forças sociais locais e a hegemonia econômica, política e ideológica global com o Estado desempenhando um papel intermediário” (Cox 2001, xi).

Assim, o objetivo principal deste artigo é, a partir de uma perspectiva neogramsciana, analisar alguns elementos da política externa brasileira durante o governo do presidente Luiz

Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Em primeiro lugar, serão apresentados, de maneira breve, a história de formação e o desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores. Nesse ponto, o objetivo é apresentar um breve panorama do Partido, seu contexto histórico-estrutural de surgimento e de desenvolvimento, para, a partir daí, entender suas transformações. Feito isso, passa-se para o segundo ponto, apresentar a visão do Partido dos Trabalhadores sobre as relações internacionais e a relação entre essa visão e a política externa do governo Lula.

Embora se saiba sobre as dificuldades de se relacionar postura partidária e comportamento de política externa – principalmente se, no caso brasileiro, for levado em consideração o papel *sui generis* exercido pelo Itamaraty na condução da política externa, bem como a indigência programática da maioria dos partidos políticos (principalmente em termos de relações internacionais) –, a hipótese aqui é a de que, na interação entre forças sociais locais e hegemonia global, o Partido dos Trabalhadores, influenciado pelas dinâmicas oriundas da economia política global, passa por certas transformações e adaptações que o leva a adotar uma política externa que, em larga medida, não se diferencia muito da política externa do governo anterior³. No entanto, em função de ter um passado intrinsecamente ligado às lutas sociais e às forças populares, o Partido dos Trabalhadores – e o presidente Lula – necessita adotar um discurso que remeta a aspectos de seu passado de lutas sem alterar substantivamente seu conteúdo de política externa. Nesse sentido, embora algumas vezes se apresente como um crítico da ordem mundial neoliberal, o governo Lula acaba por contribuir – pela sua postura internacional – não para uma possível tentativa de superação do modelo, mas para a sua reconstrução.

O Partido dos Trabalhadores: origens e transformações históricas

É possível perceber a segunda metade da década de 1970 como o contexto no qual surgem as discussões sobre o que viria a ser o Partido dos Trabalhadores. Em especial, o surgimento do PT só pode ser plenamente entendido na medida em que é visto no contexto das mobilizações sociais que, começando na região do ABCD⁴, nos anos de 1970, se espalharam por todo o país entre os anos de 1978 e 1989. Concomitante a tais mobilizações sociais – com destaque para as greves na região do ABCD e em outras cidades de São Paulo no final dos anos de 1970 –, havia um debate sobre a formação de novos partidos. Na verdade, acreditava-se que haveria – como realmente aconteceu em 1979 – uma mudança na legislação que permitisse a formação de novos partidos distintos dos até então existentes: o oposicionista MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e o governista ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Nesse sentido, é possível afirmar que o PT emerge da percepção, por parte de muitos sindicalistas, sobre a necessidade da organização política como algo fundamental para a transformação das relações sociais no Brasil (Singer 2001, Martinez 2007). Mas tal surgimento não se limita apenas às mobilizações dos trabalhadores e operários paulistas. Na verdade, o Partido dos Trabalhadores surge em um

3 Cumprido oportuno neste ponto destacar a seguinte consideração feita por Paulo Henrique Martinez (a partir do raciocínio de Serge Berstein): “[...] em partidos com origem exterior ao Parlamento, reside na ‘base militante representada nos congressos a fonte essencial do poder partidário’. Esse é o caso do PT” (Martinez 2007, 244).

4 A região do ABCD compreende os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema. Nessa região, concentravam-se as empresas automobilísticas multinacionais que começaram a instalar-se no Brasil no final da década de 1950 e, nos anos de 1970. Essa região foi o palco de grandes mobilizações sindicais.

contexto histórico-estrutural muito específico. Nessa época, é possível perceber o ápice de um processo de transformação que dá origem a uma chamada “nova esquerda”.

Essa nova esquerda que emerge no Brasil no final da década de 1970 e início da de 1990, não possuía, ao contrário da esquerda que lhe antecedia, uma ideologia definida. Na verdade, o que havia era uma opção por um socialismo mal definido que, em larga medida, se definia enquanto negação do modelo soviético – o que aponta inclusive para a possibilidade de apoio do Partido dos Trabalhadores ao movimento polonês do *Solidariedade*. Essa nova esquerda era composta por antigos militantes da década de 1960, sindicalistas, intelectuais, ecologistas, religiosos, feministas e defensores dos direitos humanos – ou seja, setores potencialmente mas não necessariamente anticapitalistas (Sader 2003, Garcia 2000). Assim, é possível perceber o Partido dos Trabalhadores como “a expressão política que canalizou a grande força social acumulada pela esquerda brasileira nas duas últimas décadas” (Sader 2003, 158).

O Partido dos Trabalhadores nasceu a partir de uma lógica de ruptura com o regime, como uma nova forma de experiência política que rompia com a antiga política paternalista que até então pairava sobre a classe trabalhadora. Tal ruptura se deu, entre outros aspectos, em função de se tratar de uma experiência única, até então inexistente na política brasileira: “Diferentemente de outros partidos políticos criados nos anos 80, o Partido dos Trabalhadores tinha uma base sólida no meio operário e nos movimentos sociais, ao mesmo tempo” (Keck 1991, 13)⁵.

A despeito de sua pluralidade interna, em sua Carta de Princípios, o Partido dos Trabalhadores expressava seu caráter socialista e democrático, aspecto que foi reafirmado durante a década de 1980⁶. Contudo, essa “identidade socialista” era algo mal definido desde o início do partido: na época de sua fundação, no final da década de 1970, o PT apresentou uma solução própria para as questões de sua identidade. De acordo com Lula, poderiam aderir ao PT “todos os que são explorados, todos os que se sentem trabalhadores, os que não exploram os outros” (Brandão citado por Aggio 2004, 1). Percebe-se, assim, que a cultura política do petismo estruturava-se não a partir de definições conceituais claras, mas de critérios subjetivos que, enquanto tais, atuavam como um referencial difuso no posicionamento político de seus membros.

Nota-se que, desde seu início, o Partido dos Trabalhadores, embora defendesse uma lógica de ruptura com a ordem vigente, não possuía uma orientação ideológica claramente definida, caminhando, assim, entre conceitos mal definidos de socialismo, democracia e ruptura. Na verdade, foi o vínculo com o mundo do trabalho que garantiu a identidade social do novo partido dos trabalhadores. Isso fica claro quando as atenções são voltadas para a trajetória do Partido dos Trabalhadores durante a década de 1980 e 1990: em larga medida, se trata de um processo contraditório, permeado de discussões e contradições que apontam para o rompimento com a lógica da ruptura e a conseqüente integração ao sistema político e institucional brasileiro.

De 1982 a 1994, o Partido dos Trabalhadores teve um crescimento exponencial, de cerca de 3% para 27% dos votos válidos (Garcia 2000). Mas uma mudança já é perceptível anos antes. Desde sua fundação, o Partido dos Trabalhadores experimentou um crescimento inegável, chegando, no

5 “Pois no momento em que a maioria dos outros partidos políticos vão sendo formados de cima para baixo, dos velhos quadros políticos para sua suposta clientela e do Estado para a Sociedade, o PT emerge como uma proposta de organizar justamente os que, até hoje, estiveram completamente fora de qualquer esquema político” (Moisés 1982, 211).

6 Vide, por exemplo, o seminário ocorrido nos dias 15 e 16 de abril de 1989, em São Paulo, sobre o projeto do PT para o Brasil, em especial, a mesa sobre democracia (Weffort 1982).

ano de 1988, com 36 prefeituras, 3 vice-prefeituras e 1.007 vereadores espalhados em todo o país. Nessa época, o partido começava a sentir os efeitos de sua integração à institucionalidade, somados a um processo de burocratização do partido. Além dessas questões, percebem-se, internamente, no Partido dos Trabalhadores, debates que remetem à heterogeneidade que lhe acompanha desde a sua fundação. Uma de suas tendências internas, que passa a assumir a primazia, é a Articulação⁷, que, com o tempo, passa a reconsiderar posições e posturas até então presentes no Partido dos Trabalhadores. Na medida em que se percebe o aprofundamento da crise do dito “socialismo real”, concomitante ao avanço da hegemonia neoliberal pelo mundo, as ideias propensas a uma ruptura radical com o sistema e a ordem vigente vão perdendo cada vez mais espaço.

Essa mudança ocorre em várias das teses até então defendidas pelo partido. Com relação especificamente à relação com as corporações transnacionais, no 5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado em 1987, a Articulação afirmava, entre outras questões, ser necessária a realização de “tarefas eminentemente antimonopolistas, anti-imperialistas, antilatifundiárias, de democratização radical do Estado e da sociedade, tarefas estas que se articulam com a negação da ordem capitalista e com a construção do socialismo” (PT citado por Garcia 2000, 74).

Poucos anos mais tarde, em 1991, Luiz Gushiken, dirigente da Articulação, afirmava que ser contra a entrada do capital externo no Brasil era um suicídio. Em suas palavras, “um dos pilares que temos (o Partido dos Trabalhadores) que demover [...] é a questão do imperialismo” (Gushiken citado por Garcia 2000, 74). Quando se avança ainda mais no tempo, tal mudança vai se tornando patente: no decorrer dos anos de 1990, com a crise do governo Collor, o Partido dos Trabalhadores começou a adotar uma postura que enfatizava mais uma crítica no âmbito da ética do que uma crítica às políticas neoliberais do governo Collor. Já nos anos 2000, é possível perceber um novo ponto de inflexão na trajetória do partido, com a “Carta ao Povo Brasileiro”⁸, de 2002, de tom mais conciliador em relação às obrigações externas (dívida, contratos, acordos internacionais), o que foi confirmado no primeiro pronunciamento oficial do Presidente eleito, em 28 de outubro de 2002, e novamente em seu discurso de posse, em 1º de janeiro de 2003. O Partido dos Trabalhadores, assim, deu mais um passo em seu processo de definição como uma força política de centro-esquerda.

Um dos aspectos interessantes desse caminho rumo ao centro por parte do Partido dos Trabalhadores diz respeito à mudança do discurso eleitoral. De campanhas que defendiam que “trabalhador vota em trabalhador” passa-se para termos como “ética na política” e “modo petista de governar”⁹, o que aponta tanto para a institucionalização do partido como para o afastamento de suas bases sociais históricas de apoio na tentativa de ampliação da base eleitoral. Ora, na

7 A Articulação foi criada pelos moderados – entre os quais destacam-se Lula e vários sindicalistas –, em 1983, em resposta à pressão anti-institucional da ala esquerda do partido a partir de seu fracasso na eleição de 1982.

8 Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2324>>.

9 Fundamental na construção de um “modo petista de governar” foi o orçamento participativo, que buscava quebrar a cadeia clientelista da distribuição dos recursos no âmbito municipal e democratizar o processo de gestão dos recursos públicos, bem como sua aplicação. Além disso, o orçamento participativo possibilita aos participantes que acompanhem o processo de execução das obras que foram por eles mesmos escolhidas. Para muitos, isso seria um dos fatores fundamentais que geraram a confiabilidade nas administrações do PT. Para mais detalhes sobre o orçamento participativo, cf. ver Dias (2002).

medida em que o próprio Partido dos Trabalhadores se vê envolvido em sérios escândalos de corrupção, a própria ética petista, juntamente com seu modo dito peculiar de governar, é colocado em xeque.

Assim, embora o Partido dos Trabalhadores possa ser visto como a expressão política canalizadora das forças brasileiras de esquerda dos últimos anos – conforme expresso anteriormente –, sua opção institucional tem enfraquecido sua relação com os movimentos sociais populares e, nesse sentido, tem transformado de maneira extremamente significativa sua composição interna: no tocante à elevação da média de idade de seus membros, ao progressivo distanciamento dos movimentos sociais populares, e ao crescente e significativo peso dos quadros atrelados às estruturas administrativas, partidárias, parlamentares e de governos (Singer 2001, Sader 2003).

Ora, somada a outros elementos, como o impacto e a influência do fim do bloco soviético e a consolidação da hegemonia do neoliberalismo na economia política global, tal opção institucional teve como consequência a moderação nas posições políticas do partido – em temas como dívida externa, reforma agrária, Alca e outros. Ou seja, se inicialmente o Partido dos Trabalhadores, mesmo que de uma forma pouco precisa, se definia enquanto “socialista”, aos poucos, foi, na prática, assumido ou, em outros termos, definindo melhor sua identidade. Gradualmente, o partido foi convivendo com o processo democrático ao mesmo tempo em que assumia uma estratégia institucional, cuja expressão fundamental eram os itens centrais das campanhas de Lula: justiça social e ética na política. Tudo isso ocorria dentro dos marcos do capitalismo, o que fica claro quando as atenções são voltadas para a forma sem alternativas como a temática econômica tem sido abordada pelo partido. Ou seja, “o capitalismo não foi tematizado e, com ele, o Brasil, o anticapitalismo e o socialismo” (Sader 2003, 168)¹⁰.

Os limites das políticas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso abriram caminho para a chegada de Lula – e do Partido dos Trabalhadores – ao poder, em 2002. Lula, na busca por um modelo alternativo ao neoliberal deixado por seu antecessor, opta por um programa que prioriza a aliança com o capital produtivo contra o capital especulativo – o que se expressa, por exemplo, na escolha de seu vice, José de Alencar, um grande empresário industrial. Ainda, buscando evitar uma fuga maior de capitais do país, Lula se comprometeu a cumprir todos os acordos anteriormente assumidos pelo país e foi favorável a um novo empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional.

Nesse sentido, faz-se oportuno perceber que não há uma “marcha do Partido dos Trabalhadores para a social-democracia” (Almeida 2003b) ou uma reprodução do velho debate revolução *versus* reforma (Garcia 2000). O Partido dos Trabalhadores e a social-democracia europeia possuem trajetórias e origens distintas, bases sociais heterogêneas, chegaram ao governo em períodos e contextos distintos, principalmente se se leva em consideração o estágio de desenvolvimento do capitalismo em cada um dos contextos (entreguerras/1945 *versus* 1980), e realizaram reformas distintas (Guimarães 2004). Assim, talvez seja mais sensato falar não de uma perda da identidade

¹⁰ Nesse sentido, é interessante perceber o 1º Congresso Nacional do PT, em 1991, como um ponto paradigmático desse processo: essa seria a última vez em que o socialismo seria tratado de uma maneira sistemática pelo PT. Contudo, nem nesse caso tal “socialismo” é claramente definido (Lacerda 2002).

socialista – na verdade, nunca existente, a partir do momento em que não havia nem sequer uma definição clara do que seria esse socialismo –, mas sim, da construção de um caminho próprio¹¹, que, em termos de espectro político, estaria mais próximo da centro-esquerda. Obviamente, tal caminho não foi aceito ou escolhido de maneira unânime e pacífica por todos os setores do partido. Na verdade, quando se olha para a história do Partido dos Trabalhadores, percebem-se vários momentos de cisão, a partir dos quais há o surgimento de novos partidos mais à esquerda do que o Partido dos Trabalhadores – PSTU, PCO e PSOL seriam exemplos. E, nesse processo de saída dos grupos mais à esquerda, o partido foi construindo sua trajetória mais moderada, que também se expressará em seus documentos sobre política externa e na política externa do governo Lula.

O Partido dos Trabalhadores e as relações internacionais: da lógica da ruptura à política externa do governo Lula

Dada a interrelação existente entre os âmbitos local e global – expressa, por exemplo, na influência das mudanças na economia política global (fim do socialismo existente e avanço da hegemonia neoliberal), no discurso e na política interna do Partido dos Trabalhadores –, é possível perceber também uma mudança expressiva na postura do partido com relação à temática das relações internacionais.

Em 1979, na plataforma política do Movimento Pró-PT, estavam presentes os seguintes itens: “nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras; [...] política externa independente”. Em 1980, no programa de fundação, afirmava-se “contra a dominação imperialista; política externa independente; combate à espoliação do capital internacional; respeito à autodeterminação dos povos; solidariedade aos povos oprimidos”. No II Encontro Nacional, de 1982, defendia-se “a nacionalização do comércio exterior”. Em 1984, no texto final do III Encontro Nacional, constava: “independência do Brasil em relação ao FMI e às multinacionais; suspensão imediata do pagamento da dívida externa [...]”. No IV Encontro Nacional, de 1986, encontra-se: “suspensão dos pagamentos da dívida externa e o rompimento dos acordos com o FMI” (citado por Garcia 2000, 99-101)¹².

Contudo, a partir do VI Encontro Nacional, em 1989, é possível perceber uma mudança no discurso do Partido dos Trabalhadores. Embora este mantenha a mesma posição com relação à dívida externa, observa-se uma mudança de postura com relação ao sistema produtivo: “o governo democrático-popular aumentará seu controle sobre o sistema (financeiro), recorrendo a variadas formas de intervenção, podendo-se chegar, inclusive, à estatização” (citado por Garcia 2000, 102). Veja-se que algo que até então deveria ser estatizado passa a ser controlado e, talvez, estatizado. No X Encontro Nacional, há uma mudança relevante com relação à dívida externa: de suspensão do pagamento, passa-se a uma “renegociação da dívida externa do país” (citado por

11 É interessante notar neste ponto que tal ênfase na construção de um caminho próprio já se encontra presente na história do Partido dos Trabalhadores desde os seus primórdios. Após ter sido o primeiro a assinar o *Manifesto de Lançamento do Partido dos Trabalhadores*, em 10 de fevereiro de 1980, no auditório do Colégio Sion, em São Paulo, o crítico de arte Mário Pedrosa fez um discurso no qual afirmou: “Partido de massa não tem vanguarda, não tem teorias, não tem livro sagrado. Ele é o que é, guia-se por sua prática, acerta por seu instinto” (Pedrosa citado por Singer 2001, 88).

12 Cf. Almeida (2003a).

Garcia 2000, 104). Ou seja, em pouco mais de uma década, o Partido dos Trabalhadores passou de uma postura radical, contrária ao pagamento da dívida externa, a uma postura de renegociação dos termos dessa dívida.

O programa de política externa do partido, em 1994, destacava como áreas prioritárias da “nova política externa” a América Latina e o Mercosul, além de enfatizar a necessidade de se estabelecer relações de cooperação no âmbito Sul-Sul com países como a China, Índia, Rússia, África do Sul e países de língua portuguesa. Em 1998, o programa do partido dava uma ênfase maior à intenção de fortalecer as relações do Brasil com outros países do Sul, com destaque para os da América Latina, da África meridional e de língua portuguesa. O desenvolvimento do processo de integração regional passava a ser visto de forma positiva, apesar da necessidade da ampliação e reforma do Mercosul, visando reforçar sua capacidade de implementação de políticas ativas comuns de desenvolvimento e de solução dos graves problemas sociais da região do cone sul. Em 2002, ocorreram algumas das mudanças mais significativas. Apesar de ainda manter certos discursos do passado – contra o FMI e a ALCA, por exemplo –, com o tempo, eles foram sendo corrigidos ou alterados moderadamente, com o intuito de acomodar as novas realidades e a coalizão de forças com grupos nacionais moderados.

Com relação ao livre-comércio, Lula passou de uma postura extremamente contrária para a não rejeição dos pressupostos do livre-comércio, passando a defender não o seu fim, mas o seu equilíbrio e a abertura para os produtos agrícolas. Enfim, tal processo de transformação de postura de política externa do Partido dos Trabalhadores, conforme expresso no governo Lula, se reflete no primeiro discurso de Lula como presidente do Brasil, no dia 28 de outubro de 2002:

O Brasil fará a sua parte para superar a crise, mas é essencial que além do apoio de organismos multilaterais, como o FMI, o BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento] e o BIRD, se restabeleçam as linhas de financiamento para as empresas e para o comércio internacional. Igualmente relevante é avançar as negociações comerciais internacionais, das quais os países ricos efetivamente retirem as barreiras protecionistas e os subsídios que penalizam as nossas exportações, principalmente na agricultura (Silva citado por Almeida 2003a, 96).

As mudanças na postura do Partido dos Trabalhadores no âmbito interno foram, em larga medida, influenciadas pelas dinâmicas da economia política global, ou seja, são fruto de uma relação dialética entre as questões sociais brasileiras e as transformações da economia política global: fim da Guerra Fria, crise do Estado, bem-estar social e ascensão da hegemonia neoliberal. É a partir dessa relação que o Partido dos Trabalhadores vai construindo, ao longo dos anos, sua trajetória política. Da mesma forma, se deu sua forma de olhar para as relações internacionais – ao mesmo tempo em que se consolida uma forma petista de olhar para dentro também vai mudando e se consolidando uma forma petista de olhar para fora. É nesse contexto que devem ser entendidas as mudanças na forma petista de olhar para e de se engajar com as relações internacionais. Um caso específico que merece destaque diz respeito à relação do Partido dos Trabalhadores com o agronegócio.

Da estatização das propriedades agrícolas ao incentivo ao agronegócio

No já citado 5º Encontro Nacional, de 1987, reafirmava-se o socialismo e a “estatização e coletivização das grandes empresas, dos bancos e das oligarquias ‘cooperativas’ agroindustriais” (PT citado por Garcia 2000, 85, grifo nosso). Contudo, a mesma mudança percebida em outros âmbitos também se dá na postura do Partido dos Trabalhadores com relação à agricultura e às propriedades agrícolas: de intervencionista/estatizante o partido passou a ser um ativo defensor da liberalização comercial e de seus benefícios.

Na verdade, a despeito da existência de certas linhas de continuidade, é possível perceber que, na área de negociações comerciais, a estratégia do Governo Lula apresenta, em relação àquela praticada pelo governo FHC, alguns pontos de mudança (Veiga 2005): as negociações preferenciais com os países do Norte perderam importância em termos estratégicos, passando então a ter relevância estratégica as negociações com outros países em desenvolvimento. Ou seja, há o privilégio da dimensão Sul-Sul, seja no âmbito da América do Sul (com ênfase para os processos de integração dessa região e para o Mercosul) ou no âmbito de outros grandes países em desenvolvimento situados fora da região, como a iniciativa IBSA¹³ ou o G-20¹⁴. Isso fica mais claro quando se compara a distribuição geográfica das exportações brasileiras entre os anos de 1998 e 2002, e no ano de 2004 – ou seja, antes e depois do início do governo Lula (Quadro 1). Além disso, há também o “peso crescente que as demandas de liberalização agrícola adquiriram na agenda comercial do Brasil” (Veiga 2005), o que dá à Organização Mundial do Comércio um papel de destaque na atual estratégia brasileira de negociações¹⁵.

13 O IBSA (ou IBAS) é uma aliança permanente entre África do Sul, Índia e Brasil que surgiu da Reunião Trilateral de Chanceleres do Brasil, da África do Sul e da Índia, realizada na cidade de Brasília, no dia 06 de junho de 2003. Entre seus objetivos, pode-se destacar: 1) a consolidação de um bloco trilateral Sul-Sul, visando o fortalecimento da capacidade política nas negociações comerciais internacionais desses países na OMC face aos países desenvolvidos; 2) a busca pela democratização da ONU, principalmente por meio da incorporação de novos países no Conselho de Segurança – entre os quais devem estar Brasil, Índia e África do Sul; 3) a busca pela redução da pobreza como meio para aumentar a paz e a estabilidade internacionais; 4) o desenvolvimento de cooperação técnica em áreas como transporte; energia; infraestrutura; defesa e missões de paz; comércio e investimento; pequenas empresas e criação de emprego; ciência e tecnologia de informação; educação; saúde (direitos de propriedade intelectual, medicina tradicional, pesquisas epidemiológicas, vacinas e desenvolvimentos de produtos), bem como a criação de um fundo para alívio da pobreza e da fome (Oliveira 2005).

14 “O G-20 é um grupo de países em desenvolvimento criado em 20 de agosto de 2003, na fase final da preparação para a V Conferência Ministerial da OMC, realizada em Cancun, entre 10 e 14 de setembro de 2003. O Grupo concentra sua atuação em agricultura, o tema central da Agenda de Desenvolvimento de Doha. O G-20 tem uma vasta e equilibrada representação geográfica, sendo atualmente integrado por 23 Membros: 5 da África (África do Sul, Egito, Nigéria, Tanzânia e Zimbábue), 6 da Ásia (China, Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão e Tailândia) e 12 da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela)” (G-20, 2011).

15 Isso fica claro nas seguintes palavras de Lula: “as negociações comerciais multilaterais devem avançar. Precisamos de uma verdadeira rodada do desenvolvimento na OMC. Com resultados que tragam para os países mais necessitados os benefícios tantas vezes prometidos, mas nunca plenamente materializados, da liberalização comercial” (Silva 2007).

Quadro 1 – Exportações brasileiras segundo os principais mercados (1998, 2002 e 2004)

Regiões, países e blocos econômicos	Orientação geográfica das exportações (em %)		
	1998	2002	2004
Mercados tradicionais	80,3	72,3	70,5
Mercosul	17,3	5,5	9,2
União Europeia (15)	29,5	25,5	25,0
Japão	4,3	3,5	2,9
CAN	4,7	4,4	4,3
México	2,0	3,9	4,1
EUA + Canadá	20,4	27,0	22,3
Chile	2,0	2,4	2,6
Mercados não tradicionais	18,6	26,1	28,0
China	1,8	4,2	5,6
MCCA + CARICOM	0,8	1,7	2,1
Ásia-Pacífico ¹⁶	4,1	5,5	5,3
África	3,2	3,9	4,4
Europa Oriental	1,8	2,6	2,6
Oriente Médio	3,1	3,9	3,8
Resto do mundo	3,7	4,4	4,0
Provisão de navios	1,1	1,6	1,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Secex/MDIC citado por Markwald e Ribeiro 2005

Para alguns, essa estratégia de política externa adotada pelo governo Lula seria uma espécie de retomada de uma perspectiva nacional-desenvolvimentista. Contudo, nesse processo, nota-se a presença de um elemento na atual estratégia que não estava presente nas versões pretéritas do nacional-desenvolvimentismo: pela primeira vez, há interesses ofensivos importantes, com destaque para o agronegócio. Ora, a integração desse elemento na estratégia negociadora leva segmentos sociais a questionar, na prática negociadora, os limites herdados da tradição protecionista brasileira, na medida em que, para obter ganhos em agricultura, o país tenha efetivamente que ceder em áreas como NAMA, e em serviços, investimentos etc. (Veiga 2005).

Ora, desde os anos de 1980, com a estagnação do processo de industrialização brasileira, devido à interrupção do fluxo de capital externo para o Brasil, concomitante à perda da capacidade de poupança e investimento do Estado, percebe-se a necessidade de realização de saldos comerciais mediante a exportação de produtos primários. Além disso, é possível perceber que, em função do Plano Real, as exportações brasileiras perderam ainda mais competitividade no mercado internacional, com destaque para o setor industrial (Suzigan 1988, Miranda 2001, Coutinho 1999. Medeiros e Serrano 2001). Nesse sentido, fica claro o porquê da ênfase do governo Lula na defesa da liberalização do comércio e, em especial, do agronegócio: a perda de competitividade internacional do setor industrial brasileiro, associada à presença crescente do agronegócio na pauta de exportações do Brasil e a necessidade de gerar saldos comerciais

16 Inclui Coreia do Sul, Hong Kong, Cingapura, Tailândia, Malásia Filipinas e Indonésia.

positivos, tanto em função do endividamento externo quanto pela necessidade de crescimento e geração de emprego, levou o governo Lula – que vem de uma história, dentro do Partido dos Trabalhadores, de mudança e consolidação de projeto político – a se engajar, no âmbito internacional, pela defesa do agronegócio e da liberalização comercial.

Ora, a política externa do governo Lula se caracterizou basicamente por defender os interesses do agronegócio e, assim, lutar pela liberalização do comércio em escala global. Contudo, por outro lado, também é possível perceber que tal governo possuía

uma postura mais assertiva, mais enfática em torno da chamada defesa da soberania nacional e dos interesses nacionais, assim como de busca de alianças privilegiadas no sul, com ênfase especial nos processos de integração da América do Sul e do Mercosul, com reforço consequente deste plano político. Tudo isto não deve surpreender os observadores mais argutos, pois que estas propostas figuram nos documentos do PT há praticamente vinte anos, por vezes nos mesmos termos e estilo (até na terminologia) que os atualmente proclamados, coincidindo, portanto com a política externa praticada pelo governo Lula (Almeida 2004, 165).

Como é possível compreender tal fenômeno? Por um lado, o Partido dos Trabalhadores, uma vez no governo, tem se engajado em uma política externa de aspectos nacionais-desenvolvimentistas que preza, em larga medida, pela liberalização do comércio; por outro, mantêm certos discursos que remetem a propostas mais à esquerda que se encontram presentes nos documentos do partido de anos atrás. Qual a relação entre esses fenômenos?

De maneira geral, tal dicotomia é necessária para o Partido dos Trabalhadores. Por um lado, uma vez no poder, o partido necessita se engajar na promoção do crescimento econômico do país, não apenas para se manter no poder, mas até mesmo para que possa colocar em prática seu projeto de governo. Ou seja, a garantia da reprodução dos interesses materiais básicos dos grupos subordinados é fundamental para que um grupo social consiga garantir a reprodução de sua supremacia. Nesse sentido, a forma encontrada pelo governo petista, dados os constrangimentos exercidos pelo contexto histórico-estrutural no qual ele emerge ao poder, foi o favorecimento dos setores ligados à exportação e, em especial, ao agronegócio. É nesse contexto que devem ser compreendidas as medidas econômicas – no sentido mais amplo do termo – adotadas pelo governo Lula.

Por outro lado, devido ao também específico contexto histórico-estrutural de surgimento do Partido dos Trabalhadores, seu discurso possui uma forma peculiar. Como visto, o partido surge como uma proposta inovadora na política brasileira de até então: ao invés de surgir de cima para baixo, como a maioria dos partidos brasileiros, o Partido dos Trabalhadores surge a partir dos próprios movimentos sociais da época. Com o tempo, em função dos rumos político-institucionais adotados pelo partido, este começou a se afastar de suas bases de origem¹⁷ e se aproximar de grupos que, até então, não viam seus interesses refletidos no Partido dos Trabalhadores. Contudo, a despeito dessa trajetória política, grande parte da legitimidade do Partido dos Trabalhadores na política brasileira advém de seu discurso, de sua postura política

¹⁷ Tal afastamento dos movimentos sociais é reconhecido inclusive por membros do Partido dos Trabalhadores, como Jilmar Tatto, candidato à presidência do PT para o biênio 2008/2009, derrotado por Ricardo Berzoini (38,59% contra 61,41%, respectivamente).

historicamente militante e engajada. Assim, embora mantenha políticas que refletem aspectos em larga medida (neo)liberais, ou que, na melhor das hipóteses, buscam efetuar no modelo até então vigente um certo *aggiornamento*, por outro lado, o Partido dos Trabalhadores necessita manter um discurso mais próximo da esquerda – inclusive para se diferenciar dos partidos e governos até então existentes. É nesse processo de busca pelo crescimento econômico e pela reprodução dos interesses materiais dos grupos subordinados, por um lado, e de necessidade de manter, ideologicamente, sua hegemonia com os grupos subordinados, por outro, que é possível compreender essa relação entre retórica e política externa no governo Lula.

O Itamaraty nesse processo: algumas considerações

Pode-se argumentar que uma interpretação neogramsciana, que prioriza o embate das forças sociais como motor da história, não se sustenta com relação à política externa brasileira (incluindo aí a política externa do governo Lula), devido ao caráter autônomo do Itamaraty. Ou seja, até esse ponto, uma questão ainda permanece sem ser trabalhada: o corpo diplomático brasileiro. Sabendo-se do insulamento histórico – e, em larga medida, visto como legítimo – da diplomacia brasileira (Lima 2005), fica a seguinte questão: como é possível entender o Itamaraty nesse processo de articulação entre forças sociais locais e hegemonia global através da política externa?

É interessante perceber que é exatamente esse tipo de questionamento – sobre a autonomia ou não de um grupo social – que leva Gramsci (2001b, 15) a iniciar suas discussões sobre os intelectuais: “os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem sua própria categoria especializada de intelectuais?”. Nesse sentido, seriam duas as formas mais relevantes de intelectuais: primeiro, os intelectuais ditos orgânicos – assim entendidos por se encontrarem organicamente ligados aos grupos sociais que lhes deram origem. Esse grupo dá ao grupo social em questão “homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (Gramsci 2001b, 15). Segundo, aqueles grupos intelectuais preexistentes, que aparecem “como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas” (Gramsci 2001b, 15). É interessante perceber que tal categoria de intelectuais – os tradicionais – “sentem com ‘espírito de grupo’ sua ininterrupta continuidade histórica e sua ‘qualificação’” vendo-se, dessa forma, “como autônomos e independentes do grupo social dominante” (Gramsci 2001b, 17).

No que concerne ao Brasil, sua configuração espacial nacional, bem como suas definições lindeiras, foram processos cuja realização se deu antes por via de negociação e arbitragem internacionais do que pelo recurso à guerra. Assim, já no início do século XX, percebe-se a importância da diplomacia, com destaque para o Barão do Rio Branco¹⁸, seu fundador, o que legitimou o modelo do Estado autônomo no discurso dos intelectuais do corpo diplomático, “que considera a política externa como uma questão de Estado, desvinculada e acima da política doméstica, lugar de conflitos e facções” (Lima 2005, 4). Isso pode ser visto como uma espécie de

18 O Barão do Rio Branco teve um papel fundamental na construção do Itamaraty como um corpo de intelectuais tradicionais. Na verdade, ele pode ser visto como o mito de origem da diplomacia brasileira, como “sinônimo da **tradição** na diplomacia brasileira, que se distingue por um **ethos** específico [...] como epônimo de uma coletividade, um **ancestral mítico** invocado como símbolo de uma tradição” (Moura 2000, 2-4, grifos do autor).

“mito fundador dos serviços exteriores”, que tem contribuído para o insulamento do Itamaraty da política partidária e para o desenvolvimento de uma percepção corrente entre as elites brasileiras e o próprio corpo diplomático, que se vê como autônomo e independente dos grupos sociais dominantes. Ora, tal percepção com relação ao corpo diplomático e à conduta da política externa brasileira está intrinsecamente ligada ao

lugar peculiar da agência diplomática na estrutura do aparelho de Estado e de sua legitimidade na condução da política externa do país, reconhecimento atestado pela estabilidade do princípio constitucional da competência do Executivo na condução da política externa (Lima 2005, 4).

É importante destacar que a ideia de “intelectual” diz respeito não a algo que seja intrínseco à atividade intelectual, mas ao “conjunto do sistema de relações no qual estas atividades se encontram no conjunto geral das relações sociais” (Gramsci 2001b, 18). Ou seja, a ideia de “intelectual” diz respeito, em larga medida, a uma função social desempenhada e, nesse contexto, a uma relação entre os grupos sociais e os intelectuais. Um aspecto marcante é o fato dos grupos sociais que se desenvolvem lutarem “pela assimilação e pela conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais” (Gramsci 2001b, 19).

Voltando à política externa brasileira, é possível identificar apenas três momentos de ruptura nos últimos 40 anos: 1) o pós-1964 e a instalação do governo militar; 2) o “pragmatismo responsável” do governo Geisel (1974-1978); e 3) o governo Collor (1990-1992), que iniciou a adoção de políticas (neo)liberalizantes na economia e a abertura comercial (Lima 2005, 4). Desse modo, é possível perceber as mudanças, mesmo que limitadas, do Itamaraty ao longo de sua história como inseridas em um contexto mais amplo, de lutas entre as forças sociais, locais e globais. Nesse caso, as mudanças promovidas pelo governo Lula, longe de serem rupturas paradigmáticas, se apresentam mais propriamente como uma mudança de ênfase, de uma busca da “autonomia pela participação” para uma busca da “autonomia pela diversificação” (Vigevani e Cepaluni 2007). Além disso, embora mantenham certa autonomia ao longo do tempo, setores do Itamaraty são assimilados ou ideologicamente conquistados pelos grupos sociais que se encontram em embate no complexo sociedade civil/Estado brasileiro e, assim, passam a ganhar destaque e dar um matiz especial à política externa, dependendo do governo em questão (vide, por exemplo, as diferenciações existentes entre Celso Lafer, Rubens Barbosa, Luiz Felipe Lampreia e a política externa de Fernando Henrique Cardoso, por um lado, e Samuel Pinheiro Guimarães e Celso Amorim e a política externa do governo Lula, por outro).

Considerações finais: a política externa do governo Lula e os processos de revolução passiva global

Embora certas novidades sejam realmente perceptíveis, como a configuração institucional relativamente inédita para os padrões do Itamaraty que se estabeleceu a partir da designação do conselheiro presidencial para assuntos de política internacional – dado que o próprio Itamaraty estava acostumado, nos últimos anos, a fornecer diplomatas de carreira para tal assessoria –,

as linhas de ruptura são mais difíceis de serem percebidas no que diz respeito à política externa do governo Lula.

Na medida em que se transforma, o Partido dos Trabalhadores perde qualquer possível característica que porventura tivesse de alternativa contra-hegemônica. Na verdade, na medida em que mantém o discurso contra-hegemônico, buscando o papel de liderança do sul (inclusive resgatando a ideia de uma clivagem entre Norte x Sul, ideia esta que havia sido abandonada por Fernando Henrique Cardoso – Lula, ao contrário de Fernando Henrique, que buscava o reconhecimento internacional de que o Brasil era o “último dos primeiros”, parte de um discurso que estabelece o Brasil como o “primeiro dos últimos” (Lima 2005) –, o governo Lula funciona como um agente no processo de revolução passiva global, contribuindo em alguma instância para a cooptação da resistência e legitimando aspectos fundamentais vinculados ao bloco histórico globalista¹⁹.

Alguns exemplos podem ser citados. Com relação ao Fundo Monetário Internacional, o governo Lula não apenas não declarou a moratória como pagou a dívida, conforme contraída por seu antecessor; e com relação à Organização Mundial do Comércio, esta deixa de ser vista como algo deletério em si e passa a ser vista como foro legítimo de ação por parte dos Estados do Sul, conforme expresso na criação e manutenção do G-20. Além disso, enquanto Fernando Henrique Cardoso estimulava a integração do Brasil ao mundo globalizado, Lula parte de um discurso de que isso só seria interessante se fosse feito com plena preservação da soberania nacional. Em outras palavras, da mesma forma que Fernando Henrique Cardoso reproduzia o discurso de Bill Clinton sobre a necessidade de uma “globalização com face humana” (Rupert 2000), Lula fala em reduzir os efeitos perversos da globalização, não em transformá-la (Almeida 2004) – legitimando discursivamente, nesse processo, instituições internacionais, como FMI, OMC e Banco Mundial.

Pode-se perceber, assim, a tensão existente entre a política externa do governo Lula e a retórica e o discurso desse governo. É por essa razão que se faz possível perceber, conforme nota Amado Cervo (2003), a coexistência contemporânea de três paradigmas na política externa brasileira: Estado desenvolvimentista, Estado normal e Estado logístico. Há certas discrepâncias entre o discurso e as políticas efetivamente adotadas em função de razões muito particulares vinculadas ao processo de desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores, conforme discutido anteriormente.

Em suma, partindo de uma perspectiva neogramsciana, é possível ver o governo Lula como um governo que busca uma mudança, mas não uma transformação radical, de caráter necessariamente contra-hegemônico. Um aspecto dessa tentativa de transformação seria a forma como esse governo se insere internacionalmente. Na verdade, é possível perceber uma dinâmica dialética presente no governo Lula: por um lado, as dinâmicas da economia política global moldam

19 O bloco histórico emergente nos últimos anos consiste de várias forças econômicas e políticas lideradas pela fração transnacional da classe capitalista, cujas políticas são condicionadas pela nova estrutura global de acumulação e produção e pelo desejo dessa classe de coordenar as dimensões locais, nacionais, regionais e globais, tanto da acumulação quanto da legitimidade. Nesse sentido, esse novo bloco histórico liberal transnacional pode também ser chamado de bloco histórico globalista (Robinson 2004). Em seu centro, se encontra a fração transnacional da classe capitalista, que compreende os proprietários e gerenciantes das corporações transnacionais e demais capitalistas que gerenciam o capital transnacional. O bloco também inclui os técnicos e burocratas que administram as organizações internacionais – como FMI, OMC e Banco Mundial –, bem como governantes, burocratas e técnicos dos Estados do Norte e do Sul e de outros fóruns transnacionais. Para mais detalhes, ver Ramos (2006).

e influenciam em larga medida as decisões de inserção do país no cenário internacional; por outro lado, há também, por parte do governo, a percepção de que uma transformação efetiva de alguns aspectos da realidade brasileira deve passar, necessariamente, por uma inserção internacional diferenciada. Contudo, quando analisada de uma maneira mais detalhada, tal inserção não se apresenta como transformadora, mas dentro de uma estrutura maior de revolução passiva em escala global, contribuindo para a reestruturação e manutenção do bloco histórico globalista. Na verdade, seria possível perceber certo processo de transnacionalização do Estado brasileiro em seu sentido ampliado, que se encontra intimamente vinculado a um projeto de revolução passiva global.

Mas onde estariam as origens desse transformismo? Ora, na mudança do próprio PT, que se afasta com o passar do tempo de suas bases, ou talvez do fato de o PT, na verdade, nunca ter tido um projeto de transformação radical da realidade. Nesse processo de inserção internacional do Brasil, o Itamaraty – e o corpo diplomático brasileiro –, por sua própria história e processo de consolidação, não se encontra tão vinculado às forças sociais, podendo assim ser considerados uma espécie de intelectuais tradicionais, no sentido de não haver uma relação orgânica entre tais intelectuais e uma classe ou força social específica. Nesse sentido, são incorporados pelo bloco histórico, mas não são organicamente vinculados a ele, vindo daí a possibilidade de que, em geral, a diplomacia brasileira se vincule aos distintos blocos históricos presentes no processo de constituição do Estado brasileiro.

Obviamente, trata-se de uma tentativa de enxergar os processos de política externa a partir de uma perspectiva teórica que até então não tem se engajado de uma maneira significativa com essa subárea das Relações Internacionais, que é a análise de política externa (Persaud 2001, Burges 2008). Por se tratar, em larga medida, de uma tentativa eminentemente exploratória, muitas questões ficam em aberto para posterior pesquisa. Assim, uma abordagem crítica da política externa brasileira deve, em primeiro lugar, desenvolver uma teorização mais profunda sobre o Itamaraty, sua história e consolidação ideológica – com destaque para o papel desempenhado pela figura do Barão do Rio Branco nesse processo. Em segundo lugar, é oportuna e necessária uma teorização sobre a relação entre os partidos e seus programas de política externa. No caso do Partido dos Trabalhadores, em função de suas especificidades, é possível identificar uma relação entre esses dois elementos. Mas, e os demais partidos? Como essa questão se articula com relação a eles? Em terceiro lugar, faz-se necessário uma melhor compreensão da relação existente entre o processo de transnacionalização do Estado (Cox 1987, Gill 1990, Robinson 2004) e a política externa dos Estados, identificando como os elementos do âmbito global se articulam com os elementos dos âmbitos nacional e internacional no processo de embate pela hegemonia. Muito ainda resta por fazer, mas, ao que parece, as abordagens críticas podem contribuir razoavelmente para se entender os processos de política externa dentro de um contexto que vai além dos jogos de dois níveis (Evans et. al. 1993), incorporando as dinâmicas locais, nacionais, internacionais e globais.

Referências

Abdenur, Roberto. “É hora de o Brasil modificar sua política externa para a América do Sul? Sim, uma estratégia invertida.” *Folha de São Paulo*, 2007.

Aggio, Alberto. *A cultura política do petismo*, 2004. <http://www.gramsci.org> acessado

Almeida, Pulo Roberto de. “A política internacional do Partido dos Trabalhadores: Da fundação à diplomacia do governo Lula.” *Revista de Sociologia e Política*, 20, 2003a: 87-102.

_____. “A longa marcha do PT para a social-democracia: Algumas idéias derrotadas, outras indefinidas e questões ainda não-resolvidas.” *Trabalho apresentado no XXVII Encontro Anual da ANPOCS*, 2003b.

_____. “Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula.” *Revista Brasileira de Política Internacional*, 47, no. 1, 2004: 162-184.

_____. “A política internacional do PT e a diplomacia do governo Lula. Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990).” *Crescimento, modernização e política externa*. Editado por José Augusto Guilhon Albuquerque et al. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

Burges, Sean W. “Consensual hegemony: theorizing Brazilian foreign policy after the Cold War.” *International Relations*, 22, no. 1, 2008: 65-84.

Cervo, Amado Luiz. “Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático.” *Revista Brasileira de Política Internacional*, 46, no. 2, 2003: 5-25.

Coutinho, Luciano. “Coreia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres.” *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Editado por José Luis Fiori. São Paulo: Vozes, 1999.

Cox, Robert W. *Production, power and world order: social forces in the making of history*. New York: Columbia University Press, 1987.

_____. “Foreword.” *Counter-hegemony and foreign policy: The dialectics of marginalized and global forces in Jamaica*. Editado por Randolph. Albany Persaud. State University of New York Press, 2001.

Dias, Marcia Ribeiro. *Sob o signo da vontade popular: O orçamento participativo e o dilema da câmara municipal de Porto Alegre*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

Evans, Peter B. et al. (Eds.). *Double-edged diplomacy: International bargaining and domestic politics*. Berkeley: University of California Press, 1993.

Garcia, Cyro. *Partido dos Trabalhadores: Rompendo com a lógica da diferença*. Dissertação (Mestrado). Niterói: UFF, 2000.

Gasques, José et al. “Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil.” *Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA)*, no. 1009, 2004.

Gill, Stephen. *American hegemony and the trilateral commission*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Gramsci, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2001b.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 5, 2002a.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2002b.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 6, 2002c.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2004.

Guimarães, Juarez. *A esperança equilibrista: O governo Lula em tempos de transição*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

G-20. Disponível em: <<http://www.g-20.mre.gov.br>>. Acesso em: 27 jun. 2007.

Hudson, Valerie M. "Foreign policy analysis: Actor-specific theory and the ground of international relations." *Foreign policy analysis*, I, 2005: 1-30.

Keck, Margaret E. *PT: A lógica da diferença*. São Paulo: Ática, 1991.

IBAS. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/grupos/ibas/index.asp>. Acesso em: 27 jun. 2007.

Iglecias, Wagner. "O empresariado do agronegócio no Brasil: ação coletiva e formas de atuação política – as batalhas do açúcar e do algodão na OMC." *Revista de sociologia e política*, no. 28, 2007.

Lacerda, Alan Daniel Freire de. "O PT e a unidade partidária como problema." *Dados*, 45, no. 1, 2002: 39-76.

Lafer, Celso. "Novas variações sobre a política externa." *Estado de São Paulo*, 2007. <http://www.estado.com.br/editorias/2007/12/16/opi-1.93.29.20071216.1.1.xml> acessado em: 29/12/2007.

Lima, Maria Regina Soares de. "Aspiração internacional e política externa." *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 82, 2005: 04-19.

_____. "A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul." *Revista Brasileira de Política Internacional*, 48, no. 1, 2005: 24-59.

Markwald, Ricardo e Fernando Ribeiro. "Análise das exportações brasileiras sob a ótica das empresas, dos produtos e dos mercados." *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 85, 2005: 03-20.

Martinez, Paulo Henrique. "O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado: 1980-2005." *História do marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960*. Editado por Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

Martuscelli, Danilo Enrico. *A crise do governo Collor e a tática do PT*. Dissertação (Mestrado). Campinas: Unicamp, 2005.

Medeiros, Carlos A. e Franklin Serrano. "Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil." *Polarização mundial e crescimento*. Editado por José Luis Fiori e Carlos Medeiros. São Paulo: Vozes, 2001.

Mendonça, Sônia Regina. "Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil." *História e perspectivas*, no. 32/33, 2005: 91-132.

Miranda, José Carlos. "Abertura comercial, reestruturação industrial e exportações brasileiras na década de 1990." *IPEA: Texto para discussão*, no. 829, Brasília, 2001.

Moisés, José Álvaro. *Lições de liberdade e opressão: os trabalhadores e a luta pela democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- Moura, Cristina Patriota de. "Herança e metamorfose: a construção social de dois Rios Brancos." *Revista Estudos Históricos*, 25, 2000: 1-25.
- Oliveira, Marcelo Fernandes de. "Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20." *Revista Brasileira de Política Internacional*, 48, no. 2, 2005: 55-69.
- Persaud, Randolph. *Counter-hegemony and foreign policy: The dialectics of marginalized and global forces in Jamaica*. Albany: State University of New York Press, 2001.
- PT. Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <<http://www.pt.org.br>>. Acesso em: 12 fev. 2012.
- Ramos, Leonardo. "Civil society in an age of globalization: a neo-Gramscian perspective." *Journal of Civil Society*, 2, no. 2, 2006: 143-163.
- Ribeiro, Pedro José Floriano. "O PT sob uma perspectiva sartoriana: de partido anti-sistema a legitimador do sistema." *Política & sociedade*, 03, 2003: 45-70.
- Robinson, William I. *A theory of global capitalism: production, class, and State in a transnational world*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.
- Rupert, Mark. *Ideologies of globalization: contending visions of a new world order*. London: Routledge, 2000.
- Sader, Emir. *A vingança da história*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- Saraiva, José Flávio Sombra. "É hora de o Brasil modificar sua política externa para a América do Sul? Não, uma política à altura dos desafios." *Folha de São Paulo*, 2007.
- Schlesinger, Sergio. *O grão que cresceu demais: A soja e seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente*, 2006. <http://www.sojacontrelavie.org>.
- Secco, Lincoln. *Gramsci e o Brasil: Recepção e difusão de suas ideias*. São Paulo: Cortez, 2002.
- Silva, Luiz Inácio Lula da. "Desafios para a cúpula do G8." *Folha de São Paulo*, 2007. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0806200708.htm>.
- Singer, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001.
- Suzigan, Wilson. "Estado e industrialização no Brasil." *Revista de Economia Política*, 8, no. 4, 1988.
- TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br>>. Acesso em: 17 dez. 2012.
- Veiga, João Paulo Cândia. "As negociações comerciais no governo Lula." *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 83, 2005: 10-15.
- Veiga, Pedro da Motta. "A política comercial do governo Lula: continuidade e inflexão." *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 83, 2005: 02-09.
- _____. "As negociações comerciais sob Lula: O nacional-desenvolvimentismo repaginado." *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 87, 2006: 40-44.
- Vigevani, Tullo e Gabriel Cepaluni. "Lula's foreign policy and the quest for autonomy through diversification." *Third World Quarterly*, 28, no. 7, 2007: 1309-1326.
- Weffort, Francisco (Ed.). *PT: Um projeto para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.